



A MISSÃO DE INSTRUÇÃO DO EXÉRCITO NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL (1909-1932)

Corallio B. P. Cabeda

Assunto de interesse, sobretudo, dos pesquisadores de História.

Durante o longo período de insurreições civis e militares, iniciado após a Proclamação da República e prolongado até a década de 30, foi a Brigada Militar do Rio Grande do Sul um esteio da nova ordem política estabelecida em 15 de novembro de 1889.

Criada às vésperas da eclosão da Revolução de 1893-95, pelo Dr. Fernando Abbott, então Presidente do Estado,¹ tinha objetivos claramente expressos no artigo 6.º de seu Regulamento: “zelar pela segurança pública, manutenção da República e do governo do Estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis”.

E, no desempenho dessa missão, houve-se sempre com notável disciplina, destacada eficiência militar e irrepreensível fidelidade ao governo do Estado.

Entretanto, talvez pouco conhecido seja o relacionamento da corporação com o Exército Brasileiro ao longo dessas quatro décadas.

Devemos recuar aos tempos da propaganda republicana para encontrar as origens das relações entre o Exército e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e, em consequência, com a Brigada Militar.

Isto porque, o Dr. Júlio Prates de Castilhos, líder máximo do PRR, sou-

bera capitalizar as simpatias da oficialidade do Exército, apoiando fundo, a célebre "Questão Militar".

Com o advento da República, tornou-se o PRR a força política dominante no Rio Grande do Sul, substituindo no poder o Partido Liberal, chefiado pelo Conselheiro Gaspar Silveira Martins.

Inspirador e redator da Constituição positivista de 14 de julho de 1891, foi Castilhos o grande aliado de Floriano Peixoto no sul do Brasil, onde lideraria até a sua morte, em 1903.

O sucessor por ele escolhido, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, governaria o Rio Grande do Sul por um quarto de século, apoiado na Constituição redigida por Castilhos e em dois pilares de rígidas normas de hierarquia e disciplina: o Partido Republicano Rio-Grandense e a Brigada Militar.

A influência marcante desses dois homens se estenderia, também, à mocidade militar, haja vista que o Rio Grande do Sul sediava, além de importante guarnição, a Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo (até 1903) e a Escola Militar de Porto Alegre.

Assim, não é de estranhar que entre os signatários do manifesto do Bloco Acadêmico Castilhistas, em 1907, figurassem ao lado dos futuros políticos Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso, os futuros generais Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e Salvador César Obino.²

Considerando-se essas vinculações políticas tão estreitas, mais a camaradagem das armas na guerra civil (1893-95), nada mais natural que oficiais superiores do Exército alcançassem o Comando Geral da Brigada Militar. Foram eles os Coronéis Joaquim Pantaleão Teles de Queiroz (1892-1896), José Carlos Pinto Junior (1897-1909), Cipriano da Costa Ferreira (1909-1915) e João de Deus Canabarro Cunha (1932-1937). Acrescente-se, ainda, que uma das unidades de maiores tradições guerreiras da Brigada Militar, o 1º Regimento de Cavalaria (atualmente 1º Regimento de Polícia Montada), tem como patrono o Coronel Fabrício Batista de Oliveira Pilar, oficial do Exército morto em combate em 1894.

O sopro renovador que, sob a inspiração do Marechal Hermes da Fonseca e do Barão do Rio Branco, alcançaria o Exército Brasileiro, também beneficiaria a Brigada Militar, pois, a partir de 1909, passaria a contar com a dedicada colaboração da "Missão de Instrução".

Esta antecessora da chamada "Missão Indígena", que tanto marcou e influenciou a renovação de nosso Exército, seria em grande parte a responsável pelos elevados níveis de adestramento e eficiência da milícia rio-grandense em todas as campanhas em que foi chamada a intervir.

Saliente-se que a Brigada Militar do Rio Grande do Sul somente utilizou como instrutores oficiais brasileiros, não tendo contratado os serviços de missões estrangeiras, como o fi-

zeram outras forças públicas estaduais.

Podemos considerar como data inicial da "Missão de Instrução" o dia 10 de julho de 1909, quando o Ministro da Guerra, General Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, através do Aviso nº 971, colocava à disposição do governo do Rio Grande do Sul o 1.º Tenente Ruy França, para servir como instrutor da Brigada Militar. A 3 de setembro, era o 2.º Tenente Francisco De Lorenzi nomeado para a mesma finalidade.³ Os dois oficiais foram comissionados no posto de Capitão.

Começava, assim, uma longa e profícua colaboração.

Ao longo dos anos, quase três dezenas de oficiais trouxeram à Brigada Militar o concurso do seu saber. Alguns chegaram muito jovens, simples Aspirantes ou Tenentes; outros, ligaram-se à corporação por praticamente toda a sua carreira militar e vários deles alcançaram o generalato.

Seus nomes (em ordem alfabética): Adalberto Pompílio da Rocha Moreira, Agnelo de Souza, Alcides Alves da Silva, Alcindo Nunes Pereira, Amyr Borges Fortes, Anatólio Baekkel, Antônio Dias Teixeira de Mesquita, Armando Nestor Cavalcanti, Arthur Otaviano Travassos Alves, Augusto Soares dos Santos, Cícero Perfeito Ferreira, Emílio Lúcio Esteves, Estêvão Taurino de Rezende Neto, Francisco De Lorenzi, Hélio Peres Braga, Henrique Beckmann Filho, Heraclides Fontela de Oliveira, Inocêncio Travassos Souto, Jayme da

Costa Pereira, João Alves Corrêa Neto, João de Deus Canabarro Cunha, José Galvão Saldanha de Menezes, Leopoldo Barros de Biten-court, Osório Tuyuty de Oliveira Freitas, Paulo Luiz Fernandes Bidan, Raymundo Austregésilo de Lima Bastos e Ruy França.⁴

A atividade dos instrutores foi muito ampla, pois estendeu-se à elaboração e organização dos regulamentos, à instrução dos efetivos e preparação dos quadros, à arbitragem de exercícios e manobras, à seleção do armamento a adotar, ao estudo da reorganização da milícia, ao assessoramento do Comando Geral durante os períodos revolucionários e, como coroarmento, o próprio comando de forças em campanha.

Importa destacar que, desde o estabelecimento da Missão, os seus componentes fizeram parte do Estado-Maior da corporação.⁵

No tocante aos regulamentos, o labor dos instrutores foi no sentido de manter a Brigada Militar atualizada com as reformas implantadas no Exército Brasileiro, a partir da fecunda gestão do Marechal Hermes da Fonseca.

Nesse sentido, passaram a ser adotados na corporação os mesmos regulamentos vigentes no Exército, com as devidas adaptações e modificações, ou, quando fosse necessário, elaborados novos regulamentos.

No seu acervo de realizações podemos assinalar os seguintes regulamentos: Esgrima e Ginástica (1910), Instrução de Cavalaria (denominado

“Regulamento Caetano de Faria”) (1912), Instruções Gerais para Manobras e Instruções sobre Marchas, Serviços de Segurança e Sinaleiros (1913), Ordenanças de Toques de Corneta e Clarim, com as modificações e ampliações efetuadas pelos instrutores, segundo o Plano Geral do Exército (1915), Guia dos Trabalhos de Campanha (elaborado pelos instrutores) (1915), Esgrima de Espada (de autoria do Capitão do Exército Domingos do Nascimento, autor da obra *Homem Forte*) (1915), Regulamento de Instrução (RI), Exercícios de Infantaria (REI) e o de Manobras do Exército, organizados pelo grande Estado-Maior do Exército, Tiro para Infantaria e Metralhadoras, juntamente com a adoção do modelo de Caderneta de Tiro do Exército (1918), o chamado “Regulamento Armando Jorge”, para equitação (1918), etc.⁶

Em 1921, como conseqüência da vinda da Missão Militar Francesa, modificou-se a organização do Exército. Foram, então, substituídos os regulamentos decorrentes dos ensinamentos colhidos pelos oficiais brasileiros arregimentados no Exército Imperial Alemão, pelos vigentes no Exército Francês, que enfatizavam os grupos de combate.

Acompanhando a nova organização implantada no Exército, na qualidade de sua reserva de primeira linha, também a Brigada Militar foi reorganizada em 1922.

Não menos importante foi a ação

dos instrutores na preparação dos quadros da corporação.

Encontraram eles decidido apoio na pessoa do Coronel Afonso Emílio Massot, Comandante Geral no período 1915-1925 e que fora professor na vida civil.

Em sua ação de comando, sempre procurou estimular o desenvolvimento intelectual de oficiais e graduados, organizando cursos e proporcionando as condições para sua frequência, tornada progressivamente obrigatória para fins de promoção.

Assim, já em 1916, criava o Curso de Ensino, com duração de dois anos e um bem dosado programa, de que faziam parte Português, Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Desenho Linear, Geografia, História do Brasil e História do Rio Grande do Sul. Dois dos oficiais instrutores, os Tenentes Jayme da Costa Pereira e Emílio Lúcio Esteves, estavam encarregados das cadeiras de Matemática e Desenho.

O Curso de Ensino foi o precursor da atual Academia de Polícia Militar.

Em 1918, o Curso de Ensino era transformado em Curso de Preparação Militar, degrau de acesso ao oficialato para os sargentos habilitados em seu exame, o que se verificaria em 1922, com a criação do posto de Aspirante a Oficial.

Também foram criadas condições para que subalternos da corporação frequentassem o Curso de Aperfeiçoamento da Instrução de Infantaria do Exército, no Rio de Janeiro, tendo

a primeira turma regressado em janeiro de 1919.

O Coronel Massot traduziu e fez publicar o livro do Tenente Caillet, do Exército Francês, *O Novo Oficial de Infantaria na Guerra*, em 1919, oferecendo-o aos futuros oficiais da corporação.⁷

Esse grande educador, que teve nos oficiais da Missão de Instrução dedicados colaboradores, foi, com toda a justiça, escolhido como Patrono da Brigada Militar.

Paralelamente à preparação teórica, enfatizava-se a instrução prática, talvez o ponto mais alto da milícia gaúcha e que lhe daria a justa fama de ser, "provavelmente, a força militar mais eficiente do país".⁸

Já em 1910, inaugurava-se a Linha de Tiro, ocasião em que o estado da força pôde ser aquilatado pelas demonstrações de ginástica, esgrima de baioneta e de lança, e combates singulares de espada e de lança, todas sob a supervisão da Missão de Instrução.

A reunião dos efetivos nas manobras de coroamento de instrução completava a preparação para a guerra. Destaque-se as manobras de Primavera (1912), de Gravataí (1913), o *raid* de Cavalaria a Viamão (1914) e a participação nas manobras de Saicã, em 1919, 1922 e 1940, em conjunto com o Exército.

O grau de eficiência alcançado possibilitou a assinatura do Convênio de 24 de maio de 1917, entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, pelo qual era a Brigada Militar declarada força auxiliar do Exército de 1.ª li-

nha, concedendo-lhe a faculdade de formar reservistas de primeira categoria.⁹

Em 1919, ao visitar a corporação, o General Maurice Gustave Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, constatou o seu alto grau de preparação, emitindo conceitos muito elogiosos a esse respeito.¹⁰

Todo esse intenso labor era acompanhado pelos membros da Missão de Instrução, na sua qualidade de árbitros dos exercícios e manobras, bem como avaliadores dos chamados Cursos Gerais de Instrução, a que foram submetidos os oficiais e praças, a partir de setembro de 1921.

No ano seguinte, era reorganizada a Brigada Militar, passando a contar com dois Regimentos de Cavalaria, três Batalhões de Infantaria, um Grupo de Metralhadoras, Escolta Presidencial e serviços auxiliares, com efetivo total de 2.210 homens. Com essa organização começaria a milícia a sua participação no agitado período 1923-1932.

A necessidade de dotar-se a força de maior poderio de fogo levou à adoção da metralhadora e do FM Colt, de acordo com as recomendações dos oficiais instrutores, que os selecionaram em função de suas características e simplicidade de manejo.

1922 seria um ano marcante na história política do país e do Rio Grande do Sul.

A 5 de julho, era desfraldada a bandeira do "Tenentismo", em aberta rebelião contra a Velha Repú-

blica e que encontraria aliados e simpatizantes entre aqueles que o castilhismo e o borgismo haviam colocado à margem do poder.

Em novembro, as primeiras eleições, que ameaçariam as até então tranquilas renovações de mandato de Borges de Medeiros e que desaguardariam no protesto armado da Revolução de 1923.

Chegara a hora de ser posta à prova a eficiência militar da milícia rio-grandense.

Por dez meses lutou-se no Rio Grande do Sul, até a assinatura da Paz de Pedras Altas, intermediada pelo Ministro da Guerra, General Fernando Setembrino de Carvalho.

A direção das operações, do lado governista, foi centralizada em Porto Alegre, atuando os oficiais da Missão de Instrução como assessores do Comando Geral da Brigada Militar.

É de destacar que o conflito possibilitou a criação do Serviço de Aviação da Brigada Militar, aspiração que o Coronel Massot acalentava desde 1915. Indiretamente, houve participação do Exército na sua realização, pois o oficial comissionado como piloto fora brevetado pela Escola de Aviação do Exército. Esse Serviço seria extinto em 1924.¹¹ Provavelmente, o elevado custo dos aparelhos e de sua manutenção tenha sido o fator determinante, pois era conhecida a austeridade de Borges de Medeiros quanto às finanças públicas.

A Revolução de 1923 serviu para testar a resistência e a combatividade da força, revelando, simultanea-

mente, vocações de comando que se firmariam nos acontecimentos vindouros.

A 5 de julho de 1924, irrompia em São Paulo um movimento revolucionário, sublevando-se várias unidades do Exército e da Força Pública Paulista. Atendendo a um apelo do Presidente Bernardes, a Brigada Militar organizou um Grupo de Batalhões de Caçadores, cujo comando foi entregue ao Tenente Coronel em comissão Emílio Lúcio Esteves, tendo no comando das unidades, também comissionados no mesmo posto, outros dois oficiais membros da Missão de Instrução, Arthur Otaviano Travassos Alves e João de Deus Canabarro Cunha.

No desempenho dessa missão, houve-se o Grupo com muita eficiência, recebendo expressivos elogios à sua atuação, que se estendeu até às margens do rio Paraná.

Simultaneamente, era a Brigada Militar convocada a combater as sublevações que eclodiram em outras tantas unidades do Exército aquarteladas no Rio Grande do Sul, associadas a forças civis que se opunham ao governo do Estado. Esse amplo movimento revolucionário, ligado ao que eclodira em São Paulo, se prolongaria até 1927, com maior ou menor intensidade. Na sua debelação, a Brigada Militar e suas forças auxiliares, popularmente conhecidas como "Provisórios", desempenhariam destacado papel, pondo em relevo toda a sua excelente qualificação guerreira.

Com a organização da chamada

“Coluna Prestes”, a atuação da Brigada Militar abrangeria, além do Estado de São Paulo, os de Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia.

Nessa campanha, vitimado por doença, faleceria o Tenente Coronel Arthur Otaviano Travassos Alves, comandante de um dos destacamentos e membro da Missão de Instrução.

O melhor testemunho do valor da tropa rio-grandense seria dado por um telegrama do General Pantaleão Teles Ferreira: “Tavares, 19-8 N.º 214. Para nova fase operações contra rebeldes, quero utilizar unicamente tropas sul-riograndenses e constituídas pelo 2.º Batalhão Infantaria e 3.º Corpo Auxiliar, por serem os mais eficientes e que mais se destacam pelo seu espírito militar, sacrifício, disciplina, instrução e valor militar.”¹²

Em 1926, novamente a Brigada Militar voltaria a campo, destacando-se o belo feito do seu 1.º Regimento de Cavalaria que, desfalcado de um de seus esquadrões, defenderia com sucesso a cidade de Santa Maria, maior centro ferroviário do estado, contra a tropa sublevada do 5.º RAM e 7.º RI.

As campanhas de 1930 e 1932 seriam o coroamento da atuação da milícia rio-grandense, pois era sabido que “a atitude do Rio Grande do Sul seria a chave do sucesso ou do fracasso de qualquer movimento armado”.¹³

Assim, ao encerrar-se o ciclo de revolução das décadas de 20 e 30, pôde a Brigada Militar retornar às suas missões rotineiras com um magnífico acervo de campanhas exitosas, para as quais muito contribuíram aqueles oficiais do Exército que, ao longo dos anos, fizeram parte da sua “Missão de Instrução”.

NOTAS

1. Ato n.º 357, de 15 de outubro de 1892.
2. Fontoura, João Neves da — Memórias, 1.º Vol., Borges de Medeiros e seu Tempo, Ed. Globo, Porto Alegre, 1969, págs. 79/80.
3. Pereira, Major José Miguel — Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio G. do Sul, 1.º vol., 2.ª ed., Of. Gráficas da Brigada Militar, Porto Alegre, 1950, págs. 396.
4. Almanaque da Brigada Militar para 1956, ano XLI, Of. Gráficas da Brigada Militar, Porto Alegre, 1956.
5. Pereira, Major José Miguel — Esboço Histórico, cit., pág. 401.
6. Pereira, Major José Miguel — Esboço Histórico, cit., págs. 403/573.
7. Mariante, Coronel Hélio Moro — Sarilhos Milicianos, BM Edições, Porto Alegre, 1990, pág. 85.
8. Hilton, Stanley — 1932 a Guerra Civil Brasileira, Ed. Nova Fronteira, Rio, 1982, pág. 51.
9. Mariante, Coronel Hélio Moro — Crônica da Brigada Militar Gaúcha, Imprensa Oficial Editora, Porto Alegre, 1972, págs. 144/145.
10. Mariante, Coronel Hélio Moro — Crônica, cit., pág. 146.
11. Mariante, Coronel Hélio Moro — Crônica, cit., págs. 149/151.
12. Ribeiro, Coronel Aldo Ladeira — Esboço

Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, 2º vol., Of. Gráficas da Brigada Militar, Porto Alegre,

1953, pág. 417.

13. Hilton, Stanley — 1932 a Guerra Civil Brasileira, cit., pág. 59.



CORALIO BRAGANÇA PARDO CABEDA — natural de São Gabriel (RS), economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1967); técnico do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); ex-bolsista da OTCA (Japão); sócio efetivo do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e do Círculo de Pesquisa Literária (CIPEL), de Porto Alegre, do qual foi Presidente em 1987/88. Prestou serviço militar no 3º BECmb (Cachoeira do Sul, RS). Medalha Marechal Hermes concedida através da Portaria 2.306, de 11.11.1962, do Ministro da Guerra.

Distribuidora de Carnes

IRMÃOS PIMENTEL LTDA.

CGC 33 094 533/0001-39 — INSC. 81674108

Carnes Bovinas e Suínas, Frangos Abatidos
Miudezas e Salgados

Rua São Francisco Xavier, 224 - Bairro da Tijuca

Tel.: 228-7213